

FRAS-LE S.A.

CNPJ nº 88.610.126/0001-29 - NIRE 43300004350

Companhia Aberta



Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 03/22

Data, Hora e Local: Em 30 de março de 2022, às 7 horas, por videoconferência, sendo a sede da Fras-Le S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia RS 122, Km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, CEP 95115-550. Convocação e Presenças: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Presidente: David Abramo Randon; Secretário: Astor Milton Schmitt. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido abaixo), todas livres e desembaracadas de quaisquer ônus ou grayames emissão da Companhia de ditularidade dos Adomistas Vertideotres (cominame definido abaxo), todas invies e desembaraçadas de quaraçuer orius ou gravames ("A<u>c</u>óes"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobilários ("<u>CVM</u>") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("<u>Instrução CVM 476</u>"), e com esforços de colocação no exterior ("<u>Oferta Restrita</u>"); (ii) a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos do art. 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>") e do art. 10 do estatuto social da Companhia ("<u>Estatuto Social</u>"), na subscrição das Ações a serem entidas no âmbito da Oferta Primária; (iii) a concessão do direito de prioridade aos seus atuais acionistas, para subscrição de até a totalidade das Ações a serem colocadas por meio da Oferta Primária, observados os procedimentos divulgados por meio de fato relevante ("Fato Relevante da Oferta Restrita"); (iv) a contratação do formador de mercado; (v) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Oferta Restrita; e (vi) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião para implementação da Oferta Restrita. Deliberações: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) a aprovação da realização da Oferta Restrita, a qual terá as seguintes características e condições: (a) a Oferta Restrita consistirá na distribuição pública (i) primária de 52.450.000 (cinquenta e duas milhões e quatrocentas e cinquenta mil) novas Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de até 10.683.708 (dez milhões e seiscentas e oitenta e três mil e setecentas e oito) Ações de emissão da Companhia e de titularidade de GIF V PIPE Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIF V PIPE FIP") e de Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Petros" e, em conjunto com GIF V PIPE FIP, os "Acionistas Vendedores"), na proporção indicada no Formulário de Referência da Companhia em caso exclusivamente de colocação de Ações Adicionais (conforme definido abaixo) ("Oferta Secundária"). Até a data de conclusão do Procedimento de Bookbui. ding (conforme definido abaixo), inclusive, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, de comum acordo com os Coordenadores da Oferta (conforme definido abaixo), inclusive, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, de comum acordo com os Coordenadores da Oferta (conforme definido abaixo), ser acrescida em até 10.683.708 (dez milhões e seiscentas e oitenta e três mil e setecentas e oito) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores no contexto da Oferta Secundária, na proporção indicada no item no Formulário de Referência da Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) ("<u>Ações Adicionais</u>"). (b) a Oferta Restrita será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") ou "Itaú BBA"), do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA para Ofertas Públicas, atualmente vigente, editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Nível 1 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e no Oficio Circular 87/2014-DP, emitido pela B3 em 28 legais aplicaveis, osservado o disposto no Regulamento do Nivel 1 da B3 S.A. - Brasil, Boisa, Balcalo (B3) e no Oricio Circular 67/2014-DP, emitido peía B3 em 26 de novembro de 2014, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública Primária e Secundária com Esforços Restritos de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Fras-Le S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta ("Contrato de Colocação"). (c) simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BTG US Capital LLC, pelo Bradesco Securities, Inc. e pelo Safra Securities (LIC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para pessoas razoavelmente consideradas investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), em operações isentas de registor revistas no LIS. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities Act de 1931, conforme definidos na Rule 144A, edit operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities *Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes às alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangei-ros"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e pela Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada , sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do "Placement Facilitation Agreement", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Coloca-ção Internacional"). (d) não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita. (e) a Oferta Restrita será destinada exclusivamente aos Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), sendo a procura limitada a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Institucionais Locais (conforme definido abaixo) e a subscrição de Ações limitada a, no máximo. 50 (cinquenta) Investidores Institucionais Locais (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 3º da Instrução e a substrigad e Ayoss initiada a, in originada a, in originada a conclusão do procedimento de alordo de investidado de CVM 476. (f) o preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, que será realizado junto a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Resolução CVM 30"), residentes e domiciliados ou com sede no Brasil ("<u>Investidores Institucionais Locais</u>" e, em conjunto com Investidores Estrangeiros, "<u>Investidores Profissionais</u>"), no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional. A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, nos termos do artigo 170, parágrafo 1°, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem distribuídas será aferido tendo como parâmetro: (a) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (b) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Profissionais ("<u>Procedimento de Bookbuilding</u>"), não promovendo, portanto, diluição injustificada dos acionistas da Companhia. O Preço por Ação será aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. (**g)** a totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão destinados para: (i) expansão dos negócios da Companhia, incluindo aquisições, greenfields, joint ventures e/ou outros acordos comerciais estratégicos, (ii) investimentos nos negócios e produtos desenvolvidos pela Companhia, incluindo a exploração de novas tecnologias e a expansão das unidades produtivas atuais; e (iii) capital de giro. (h) as demais características da Oferta Restrita constarão do Fato Relevante da Oferta Restrita, que será divulgado oportunamente, nos termos da legislação aplicável. (ii) exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Acionistas"), nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 do Estatuto Social, e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no caput do artigo 5°, parágrafo único do Estatuto Social. (iii) de forma a cumprir com o disposto no artigo 9°-A, inciso I, da Instrução CVM 476, será concedida aos Acionistas que estejam legalmente habilitados a prioridade para subscrição de até a totalidade das Ações a serem colocadas por meio da Oferta Primária ("Direito de Prioridaque estejam legalmente nabilitados a prioridade para subscrição de ate a totatidade das Açoes a serem colocadas por meio da Oferta Primana (<u>Direito de Priorida</u>, e.g.), observado o limite da proporção de suas participações no capital social da Companhia ("<u>Forta Prioritária</u>"), nos termos do procedimento da Oferta Restrita. (iv) a contratação da Itaú Corretora de Valores S.A. como formadora de mercado da Companhia, com o objetivo fomentar a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia ("<u>Formador de Mercado</u>"). (v) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, inclusive com relação à contratação dos Coordenadores da Oferta Restrita, bem como dos Agentes de Colocação Internacional, dos assessores legais, dos auditores e do Formador de Mercado. (vi) autorização para que a Diretoria da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta Restrita e celebre todos os contratos e realize todos os atos necessários relacionados à Oferta Restrita. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a ata, que lida aprovada em todos os seus termos, foi assinada eletronicamente pelos Conselheiros, por meio da plataforma digital Docusign Caxias do Sul, 30 de março de 2022. Conselheiros de Administração: David Abramo Randon, Astor Milton Schmitt, Daniel Raul Randon, Dan Antonio Marinho Con rado e Bruno Chamas Alves. Na qualidade de Presidente da Reunião, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e autênticas as assinaturas apostas. Caxias do Sul, 30 de março de 2022. David Abramo Randon - Presidente da Reunião. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - Certifico registro sob o nº 8238629 em 13/04/2022 da Empresa FRAS-LE S.A., CNPJ 88610126000129 e protocolo 221112073 - 12/04/2022. Autenticação: 9C4C32BB-F24B035D7972E8CED0AC356D4E16E7. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



FRAS-LE S.A.

CNPJ nº 88.610.126/0001-29 - NIRE 43300004350



Companhia Aberta Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 05/22

Data, Hora e Local: Em 7 de abril de 2022, às 19 horas, por videoconferência, sendo a sede da Fras-Le S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia RS 122, Km 66 nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, CEP 95115-550. Convocação e Presenças: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Presidente: David Abramo Randon; Secretário: Astor Milton Schmitt. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquei ônus ou gravames ("<u>Ações</u>"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("<u>Instrução CVM 476</u>"), e com esforços de colocação no exterior ("<u>Oferta Restrita</u>"); (ii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e com o artigo 5°, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia; (iii) a aprovação do memorando definitivo e do final offering memorandum a serem utilizados na Oferta Restrita; (IV) a homologação do aumento de capital social da Companhia; (V) a aprovação, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (VI) a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta Restrita; e (vii) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta Restrita e implementação das deliberações aqui consubstanciadas. **Deliberações**: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) aprovar, no âmbito da Oferta Restrita a fixação do preço de emissão de R\$12,00 (doze reais) por Ação objeto da Oferta Restrita ("<u>Preço por Ação"</u>). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("<u>Procedimento de Bookbuilding</u>") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, no Brasil, pelos coordenadores da Oferta Restrita, junto a investidores institucionais locais, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a investidores estrangeiros, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedi mento de Bookbuilding. (ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$629.400.000,00 (seiscentos e vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais), o qual passará de R\$600.000.001,32 (seiscentos milhões, um real e trinta e dois centavos) para R\$1.229.400.001,32 (um bilhão e duzentos e vinte e nove milhões e quatrocentos mil e um real e trinta e dois centavos), mediante a emissão de 52.450.000 (cinquenta e duas milhões e quatrocentas mil o um real e trinta e dois centavos), mediante a emissão de 52.450.000 (cinquenta e duas milhões e quatrocentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de 217.566.343 (duzentas e dezessete milhões, quinhentas e sessenta e seis mil e trezentas e quarenta e três) ações ordinárias para 270.016.343 (duzentas e setenta milhões, dezesseis mil e trezentas e quarenta e três) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, bem como aprovar, ainda, que as novas ações emitidas terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de envio do comunicado de início da Oferta Restrita à CVM; (iii) aprovar o memorando definitivo e o final offering memorandum a serem utilizados na Oferta Restrita; **(iv)** homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) a ento do capital da Comos nhia no montante de R\$629.400.000.00 (seiscentos e vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais), mediante a emissão de 52.450.000 (cinquenta e duas milhões e quatrocentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; (v) face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$1.229.400.001,32 (um bilhão e duzentos e vinte e nove milhões e quatrocentos mil e um real e trinta e dois centavos), representado por 270.016.343 (duzentas e setenta milhões dezesseis mil e trezentas e quarenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." (vi) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrai todos os documentos relacionados à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a: (i) o "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantira Firme de Liquidação da Oferta Pública Primária com Esforços Restritos de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Fras-Le S.A."; (ii) o *Placement Facilitation Agreement*, e (iii) o "Contrato de Prestação de Serviços para Viabilização Operacional das Ofertas Públicas de Distribuição de Valores Mobiliários", que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e (vii) autorizar a Diretoria da Companhia a toma as medidas necessárias à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração, bem como ratifi car os atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta Restrita. Encerramento: Nada mais haven do a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a ata, que lida aprovada em todos os seus termos, foi assinada eletronicamente pelos Conselheiros, por meio da plataforma digital Docusign. Caxias do Sul, 7 de abril de 2022. Conselheiros: David Abramo Randon, Daniel Raul Randon, Astor Milton Schmitt, Dan Antônio Marinho Conrado e Bruno Chamas Alves. Na qualidade de Presidente da Reunião, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e autênticas as assina turas apostas. Caxias do Sul, 7de abril de 2022. David Abramo Randon - Presidente da Reunião. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - Cer tifico registro sob o nº 8293613 em 20/05/2022 da Empresa FRAS-LE S.A., CNPJ 88610126000129 e protocolo 221656791 - 17/05/2022. Autenticação: B97FF CB9628470AF53B62116CC3E46F4A0552516. Carlos Vicente Bernardoni Goncalves - Secretário-Gera



FRAS-LE S.A.

CNPJ 88.610.126/0001-29 - NIRE 43300004350



Extrato da Ata nº 06/22 de Reunião do Conselho de Administração LOCAL, HORA E DATA: Sede social da Companhia, na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, CEP 95010-550, Caxias do Sul (RS), às 9 horas do dia 29 de abril de 2022. PRESENÇAS: Todos os membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, presencialamente ou por videoconferência, MESA DIRI-GENTE: David Abramo Randon, Presidente, e Astor Milton Schmitt, Secretário. DELIBERAÇÕES: Os Conselheiros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2022, tomaram posse em seus cargos e, na sequência, em consonância com a Ordem do Dia de todos conhecida, por unanimidade de votas chararam as sequintas deliberações; (a) Nos termos do Artino 21 de Estatuto Social escolberam selheiros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2022, tomaram posse em seus cargos e, na sequência, em consonância com a Ordem do Dia de todos conhecida, por unanimidade de votos, tomaram as seguintes deliberações: (a) Nos termos do Artigo 21 do Estatuto Social, escolheram os Conselheiros, David Abramo Randon e Astor Milton Schmitt para ocuparem, respectivamente, o cargo de Presidente e Vice-presidente deste órgão deliberativo; (b) Atendendo ao disposto na alinea "p" do Artigo 23 do Estatuto Social, procederam a eleição da Diretoria, pelo prazo de mandato de 2 (dois) anos, estendendos até a investidura de seus substitutos. Foram reeleitos: para <u>Diretor-presidente</u>, <u>Sergio Lisbão Moreira de Carvalho</u>, brasileiro, casado, físico, residente e domiciliado em Caxias do Sul (RS), na Rua Reinaldo Schemer, 54, Ap. 501, CEP 95012-327, portador da cédula de identidade RG nº 10.827-822-0-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 989 109, 738-20; para <u>Diretor-superintendente</u>, Anderson Pontati, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em Caxias do Sul (RS), na Estrada Municipal Vereador Ary Antônio Bergozza, 2059, Casa 145, Bairro Nossa Senhora da Saúde, CEP 95100-000, portador da cédula de identidade RG nº 8054420909-SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 931.891.330-34; e, para <u>Diretor de Relações com Investidores</u>, **Hemerson Fernando de Souza**, brasileiro, casado, comunicador social, residente e domiciliado na cidade de Caxias do Sul (RS), na Rua Claudio Antonio Bertoni, 100, apto. 1102, CEP 95041-580, portador da Carteira de Identidade RG nº 7074061677-SJS/RS e inscrito no CPF/ME sob on º 941.085.100-97; e, (c) Tomaram conhecimento da aprovação, pelo Conselho de Administração da Controladora, das modificações nas Politicas Corporativas de Finanças, de Gestão de Investimentos e de Gerenciamento de Riscos de Câmbio e de sua consolidação do texto nos termos encaminhados aos Conselheiros. Tais modificações objetivaram adequar referidas políticas à atual estrutura de gest Reunião. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o nº 8294800 em 20/05/2022 da Empresa FRAS-LE S.A., CNPJ 88610126000129 e protocolo 221572317 - 09/05/2022. Autenticação: C5AB398D986496FC698552D07978A899A4FF8. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves -



LIGUE 54 3218.1234

